

ASPECTOS EDUCACIONAIS SOBRE ALGUMAS DAS POLÍTICAS VOLTADAS À EJA E UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CEEJA DE MARÍLIA SP.

Reginaldo José BARBOZA¹

RESUMO

A Educação de Jovens Adultos - EJA - configura-se como uma modalidade de ensino da educação básica e sempre foi aplicada em nosso país como um dos meios pedagógicos para se tentar erradicar o analfabetismo. A EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Como se sabe, essa modalidade de ensino sofreu transformações políticas e econômicas ao longo das décadas. O Brasil ainda é um país que necessita urgentemente de políticas educacionais. Entretanto, a partir desse artigo iremos fazer uma breve descrição sobre algumas das políticas públicas quanto a essa modalidade de ensino e em seguida relatar algumas experiências vivenciadas enquanto professor de Filosofia do CEEJA de Marília SP.

ABSTRACT

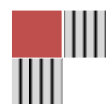
Educating Young Adults - EYA - set up as a teaching of basic education and was always applied in our country as a pedagogical means to try to eradicate illiteracy. The EYA is aimed at those who do not have access or continue their studies in elementary and high school at the appropriate age. As you know, this type of education has suffered politics and economic transformations over the decades. Brazil is still a country which urgently needs education politics. However, from this article we give a brief description of some of the public politics regarding this type of education and then report some experiences as a teacher of Philosophy CEEJA Marília SP.

1. INTRODUÇÃO

A EJA é uma modalidade de ensino ou ainda uma proposta pedagógica cuja práxis visa à alfabetização de jovens e adultos. O objetivo inserido nessa práxis é o de atender jovens e adultos que não tiveram, em tempo hábil², a oportunidade de acesso ou continuidade de seus estudos no ensino regular fundamental ou médio.

¹ Docente nos Cursos de Pedagogia, Psicologia, Administração e Ciências Contábeis da FAEF. Garça, Brasil, reginaldoj3@hotmail.com

² De acordo com a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o nível de conclusão do ensino fundamental aplica-se aos alunos maiores de quinze anos e o nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. (BRASIL, 2013f).



Assim sendo, o objetivo principal desse artigo encontra-se na descrição de um breve histórico a respeito das políticas públicas direcionadas a esse tipo de educação, descrita acima, bem como relatar o modo como ela vem sendo desenvolvida no CEEJA da cidade de Marília SP.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Breve histórico a respeito do desenvolvimento da EJA.

Desde o século XIX, precisamente em 1878, é possível observar com certas ressalvas³ que já havia um descontentamento em relação aos adultos que estavam excluídos do processo de alfabetização, pois, de acordo com o decreto nº 7.031-a (BRASIL, 2013a) aprovado por Carlos Leôncio da Silva Carvalho, o então ministro geral do Rei D. Pedro II, já ordenava o seguinte:

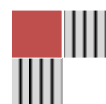
Art. 1º Em cada uma das escolas publicas de instrucção primaria do 1º gráo do municipio da Côrte, para o sexo masculino, é creado um curso nocturno de ensino elemental para adultos, comprehendendo as mesmas materias que são leccionadas naquellas escolas.⁴ (BRASIL, 2013a).

Já no período republicano constata-se que o interesse em relação à educação, inicialmente à educação primária (o que hoje diz respeito ao ensino infantil e fundamental) não é também algo recente em nosso país. Desde 1940, a partir da Constituição de 1934, já havia certo interesse por parte do governo federal nessa modalidade de ensino. Para tanto, basta analisarmos o Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de Novembro de 1942 (BRASIL, 2013b) em que se instituiu o Fundo nacional de ensino primário:

Parágrafo único. Os recursos e a aplicação do Fundo Nacional de Ensino Primário deverão figurar no orçamento da receita e da despesa da União,

³ Somente pessoas do sexo masculino, que fossem livres ou libertos, a partir dos 14 anos de idade podiam frequentar as escolas do ensino elementar para adultos nesse período.

⁴ Foi mantida, na referente citação, a originalidade da escrita conforme o Documento-Decreto desse período. (BRASIL, 2013a).



regendo-se a matéria pela legislação federal de contabilidade. (BRASIL, 2013b).

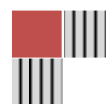
Estendendo essa preocupação educacional, percebe-se que em vários momentos da nossa história houve campanhas nacionais em busca de uma solução para o analfabetismo; um exemplo disso ocorreu em 1947 com o Serviço de Educação de Adultos e a Campanha de Educação de Adultos. Já em 1952 houve a Campanha de Educação Rural e em 1958 a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. (BRASIL, 2013c).

O problema do analfabetismo de adultos no Brasil, por volta da década de 1940, já demonstrava certa preocupação por parte de Lourenço Filho, sobretudo quando este buscava uma solução ao destinar o dinheiro público da União. (BEISIEGEL, 2013). Desta feita, nascia na rede estadual o ensino supletivo. O processo metodológico dessa prática de alfabetização vigorou até o final dos anos de 1960, quando então teve seu início ao Mobral, o qual será discutido melhor logo adiante nesse artigo.

Entretanto, além do MEB (Movimento de Educação de Base) criada em 1961 pela Igreja Católica, que pretendia através do rádio desenvolver um programa de alfabetização às camadas mais pobres do nosso país (FONSECA e SILVA, 2013), temos ainda, por volta dessa década, a influência do educador Paulo Freire que, mediante o Movimento de Cultura Popular do Recife, desenvolveu um “modelo” específico de alfabetização de jovens adultos.

2.1.1. Participação do educador Paulo Freire na EJA.

A pretensão de Freire, sob a ótica de uma pedagogia libertadora, ia além da “alfabetização pela alfabetização”; ou seja, o processo de ensino e aprendizagem deve ser algo significativo para aqueles que vivem essa condição. Conforme os princípios Freireano, o professor não deve conduzir o aluno a uma aprendizagem “mecânica” da leitura e da escrita e sim torná-lo um sujeito crítico da situação onde vive, proporcionando assim a sua transformação em meio ao sistema capitalista sendo esse um caso específico da nossa sociedade.



Nessa perspectiva, é possível afirmar que a educação para Paulo Freire é uma ação política, um processo de ampliação da visão crítica da sociedade para transformar a própria realidade do aluno. Suas principais críticas são destinadas à educação tradicional e autoritária, chamada por ele de educação bancária. (MACHADO, 2002).

Segundo Brandão (BRANDÃO, 1981), ao contrário dos métodos tradicionais utilizadas nas linguagens das cartilhas onde presenciamos algo como “Eva viu a uva” ou “A ave voa”, que meramente representam frases ou palavras soltas, Freire sugere uma alfabetização através das “palavras geradoras”. Em outras palavras, no processo de alfabetização, e isso se refere à alfabetização em todos os níveis de ensino, é fundamental que o professor inicie uma investigação sobre o conhecimento a partir da “bagagem” que o próprio aluno já traz consigo. Isto é, a partir do universo vocabular desse aluno como, por exemplo, a palavra “tijolo” é possível trabalhar a decomposição e estudo da família silábica com base nas palavras geradoras e ainda contextualizar uma situação concreta de aprendizagem: “Tijolo- ta-te-ti-to-tu”; “A casa é feita de tijolos”; “O pedreiro usa tijolo na construção” e assim por diante.

Outro fator importante na condução de uma “educação popular”⁵, conforme a pedagogia Freireana, diz respeito também em se considerar o “diálogo” no processo de ensino e aprendizagem. Mas, o estímulo ao diálogo no processo educacional acabou por representar um “perigo” aos ditadores do golpe de 1964 que estava para ocorrer no Brasil.

Como se sabe, as orientações pedagógicas de Freire foram muito bem vindas em nosso país até esse momento histórico. O Ministério da Educação desse período (1964), mediante o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, inseriu por exemplo em sua política educacional, propostas, experiências realizadas por esse educador no estado de Pernambuco. No entanto, no tocante a alfabetização conscientizadora, transformadora da realidade, essa proposta sofreu alterações. Devido a participação dos militares no poder executivo, tudo se transformou. Os poderes Legislativos e o Judiciário no Brasil ficaram impedidos de se manterem autônomos. A consequência desse fato não seria outra a de que Freire fora obrigado

⁵ Conforme Brandão e Assupção, o termo “popular” não deve ser compreendido no sentido ideológico e sim como as condições materiais concretas onde as vivem as pessoas. (BRANDÃO e ASSUPÇÃO, 2009).



a ter que se exilar do país e deste modo suas propostas críticas e renovadoras foram descartadas.

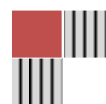
2.1.2. A criação do Mobral.

O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que também tinha o ideal, por parte do governo federal, de erradicar o analfabetismo funcional e oferecer condições de uma educação continuada para os adolescentes e os adultos, permaneceu com suas atividades por mais de 15 anos no Brasil. Desde sua implantação legal em 1967 (BRASIL, 2013d), até sua extinção em 1985, esse Movimento educacional serviu muito bem aos interesses do governo militar desse período. Nas palavras de Zanetti (2014):

(...) o próprio governo militar e ditatorial criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com uma perspectiva centralizadora e doutrinária, não existindo em sua proposta pedagógica qualquer preocupação em refletir sobre a migração rural-urbana, intensa neste período, fortalecendo exclusivamente um modelo industrial-urbano com padrões capitalistas de produção e consumo.

De acordo com Bello (1993), o Programa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no período ditatorial, ao desenvolver as cartilhas utilizadas no Mobral nada mais estava fazendo que juntar partes dos trabalhos já desenvolvidos por Paulo Freire com a do MEB.

Dentre os objetivos destacados na metodologia do Mobral encontram-se dois fundamentais aos quais merecem um comentário. Vejamos quais são: “desenvolver a criatividade, a fim de melhorar as condições de vida (...)” e “levar os alunos a conhecerem seus direitos e deveres e as melhores formas de participação comunitária” (CORRÊA, 1979, *apud* BELLO, 2013). Em um período militar ditatorial, como foi o ocorrido no Brasil entre 1964 até o início dos anos de 1980, em que professores, músicos, políticos etc. tiveram que se exilar do país devido à falta de liberdade de expressão, como é possível falar em



desenvolvimento da criatividade ou ensinar aos alunos sobre direitos e deveres? Aliás, direitos para quem e sobre o que? Seria para a comunidade?

Enfim, de acordo com as concepções mais críticas desse modelo de ensino, houve um fracasso na implementação do Mobral. Fracasso em termos financeiros e muito mais no sentido educacional. Pois, partir do princípio de que alfabetizar é apenas incentivar o letramento (ou seja, ensinar apenas a ler e a escrever), e não tornar o aluno um sujeito crítico e consciente da sua realidade é o mesmo que conduzi-lo a uma aprendizagem não significativa. Nesse sentido, como afirma Ribeiro (1976, *apud*, PAIVA, 2003):

O Mobral seria, quando muito, um ‘vendedor de ilusões’. Ilusão para o adulto que ignora a precariedade do adestramento que recebe e principalmente ‘vendedor de ilusões’ para anestesiar a consciência da classe letrada do país... Ninguém ignora que o diplomado do Mobral permanece irmão gêmeo do Analfabeto.

2.2. Relato de experiência a partir do CEEJA de Marília SP.

Com o encerramento do Mobral em 1985, novos princípios e metodologias são garantidos à modalidade de ensino da EJA. A Constituição Federal de 1998 afirma:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 2013e).

Mediante a esse princípio constitucional federal de 1988, a LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, insere a EJA de maneira específica como Modalidade da Educação Básica.



Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 2013f).

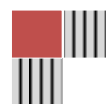
2.2.1. CEEJA - Profa. Sebastiana Ulian Pessini – Marília SP.

A intenção nesse relato de experiência é a de destacar as principais características do CEEJA de Marília. Fatores como localização, funcionamento, modo como se desenvolve a disciplina “Filosofia” e a relação desta com os alunos são fundamentais nessa descrição.

2.2.1.1. Dados Gerais

O CEEJA - Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos, de Marília está localizado na Rua vinte e quatro de dezembro nº 162 Bairro Barbosa, CEP: 17501460. O corpo administrativo é composto, sobretudo pela diretora Mônica Spadotto Righetti, pela vice-diretora Silvia Albertoni, pelo Coordenador João Paulo Francisco de Souza e demais funcionários de apoio.

O horário de funcionamento da escola é das 08h30min às 11h00min e das 14h00min às 22h00min. Nessa escola, os alunos cumprem um total de sete disciplinas no Ensino Fundamental (Artes, Ciências, Geografia, História, Inglês, Língua Portuguesa, Matemática) e 11 disciplinas no Ensino Médio (Artes, Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Inglês, Língua Portuguesa, Matemática, Química, Sociologia). Normalmente, assim que os alunos fazem suas matrículas na secretaria da escola, os mesmos se dirigem às salas de aulas para realizarem a inscrição na Disciplina desejada. Aconselha sempre para este aluno se inscrever em duas disciplinas de cada vez, pois assim espera se que ele não se sobrecarregue com os conteúdos ministrados.



No que diz respeito à presença, o aluno deve comparecer na escola no mínimo uma vez por mês, isso para não caracterizar abandono ou evasão. Sua participação é portanto flexível, podendo esse aluno realizar os seus estudos em sua casa; ou dependendo da disciplina permanecer um determinado tempo em sala de aula para obter esclarecimentos sobre o conteúdo.

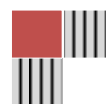
Além de comparecer na escola para estudar ou esclarecer suas dúvidas, esse aluno precisa realizar as avaliações parciais e finais podendo a qualquer hora ou período estar presente na escola, ou seja, tanto no período da manhã, tarde ou noite. Para se matricular no CEEJA, o que poderá ocorrer a qualquer época do ano, o aluno precisa levar os seus documentos pessoais e o histórico escolar.

A escola disponibiliza uma cozinha que serve alimentação para os alunos em um amplo refeitório. Conta também com uma sala de leitura, sala de TV com DVD e data show, biblioteca, computadores e impressoras, acesso à internet, quadra de esportes, água filtrada, sala de professores, dois sanitários femininos e dois masculinos, área (pátio) ampla para se realizar os estudos, uma pequena horta comunitária e um estacionamento amplo para carros e motos.

2.2.1.2. Participação no CEEJA

Minha participação no CEEJA, em torno de quase dois anos, tem sido dia a dia repleta de novas experiências na vida pessoal e profissional. Ao lecionar a disciplina Filosofia para o ensino médio é possível constatar que, apesar desta ser uma “matéria” que lida com conceitos históricos de filósofos ou pensadores do passado e também do presente, muitos alunos demonstram certo interesse. O fato é que a Filosofia, muito mais do que trabalhar com conceitos abstratos, desenvolve nos alunos uma consciência crítica da realidade onde vivem.

2.2.1.3. Metodologia de trabalho



O livro que serve de base na disciplina “Filosofia” é o “Filosofando”⁶. Outrora, eram trabalhadas as “cartilhas” do ensino regular, entretanto, mesmo com essa mudança o conteúdo abordado procura estar de acordo com o Currículo Oficial do Estado de São Paulo.

Os alunos matriculados variam de dezoito a oitenta anos de idade. A maioria desses alunos é formada por trabalhadores. Muitos deles pensam em terminar seus estudos para garantir assim um melhor emprego, seja este através de um curso técnico ou superior. É possível perceber que os alunos, além de buscarem um certificado de conclusão do ensino médio, demonstram um interesse ou uma curiosidade em conhecer mais sobre a Filosofia, sobretudo, por parte daqueles que nunca tiveram o mínimo contato com essa disciplina.

A aprendizagem significativa, tanto prezada por Paulo Freire e demais autores, se aplica aqui a partir do momento em que os alunos não somente respondem às questões abordadas nos capítulos do livro trabalhado como também, através das discussões, observações e a participação constata a teoria com as suas realidades práticas.

Além das aulas, os alunos também têm a oportunidade de participar das “Oficinas” elaboradas pelos professores. Nelas são abordados variados temas, tanto em suas respectivas áreas isoladas bem como de modo interdisciplinar. Como exemplos dessas interdisciplinaridades já realizadas temos: Física e Filosofia com o tema: “*Conscientização a respeito dos tipos de poluição e as suas consequências para a saúde*”; Filosofia e Sociologia com o tema: “*Ética e relações entre os sexos*”; Filosofia, Arte e Sociologia com o tema: “*Direitos humanos e discriminação racial, social e religioso no Brasil*”; Filosofia e Sociologia com o tema: “*Questões de gênero no mercado de trabalho*”; Filosofia, Arte, Língua Portuguesa, História e Sociologia com o tema: “*Fábula: qual é a moral da história?*” e Filosofia e Sociologia com o tema: “*50 anos do golpe militar*”.

A partir do momento em que os alunos participam dessas Oficinas, através de discussões e realização de atividades práticas, os mesmos podem eliminar uma das avaliações parciais oferecidas pela disciplina envolvida.

Quanto à disciplina de Filosofia, os alunos devem estudar a média de seis capítulos por cada série (1º, 2º e 3º séries) e dentre eles realizar duas avaliações parciais. Uma das avaliações aplicada está baseada em um breve texto e algumas questões sobre o mesmo, já na

⁶ ARANHA, M. L. MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à Filosofia. 4º Ed. São Paulo: Moderna, 2009.



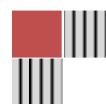
outra avaliação são oferecidas questões baseadas nos capítulos estudados. Por fim, na terceira série, o aluno realiza uma avaliação final retomando o conteúdo ministrado.

2.3. Resultados do trabalho desenvolvido na Escola.

O CEEJA busca oferecer um ensino de qualidade aos seus alunos. O atendimento individualizado por parte dos professores a esses alunos sempre é pautada pelo profissionalismo e também por um toque pessoal de simpatia e dedicação. Os atendimentos realizados na secretaria e pelo corpo administrativo também se configuram como algo especial. Pois, aos alunos, que em sua maioria é composta por adultos já conscientes e responsáveis do seu dever, são respeitosamente fornecidas todas as informações quanto às suas matrículas e às regras da escola; em contrapartida temos alunos também respeitosos e com raríssimos problemas de indisciplina.

Na escola, como um todo, há uma média anual de mil e quinhentos alunos matriculados. Na disciplina de Filosofia, por exemplo, foi possível constatar a presença de 457 matriculados e 289 concluintes no ano de 2013 e, só neste primeiro bimestre de 2014 tivemos 95 matriculados e 49 concluintes.

O resultado da qualidade, nessa modalidade de ensino (EJA), pode ser verificado a partir dos troféus recebidos pela escola e pelo prestígio da própria comunidade. Entre as 23 unidades de CEEJAS do nosso Estado, deve se ressaltar aqui que mediante o resultado dos esforços envolvidos, tanto em relação às Oficinas como aos demais Projetos e as aulas, rendeu ao CEEJA de Marília, na categoria *“Educação de Jovens e Adultos” de escolas que contribuíram para a melhoria de vida de comunidades e municípios do Estado*, o segundo ano consecutivo (2013 e 2014) do Prêmio *“Construindo a Nação no Estado de São Paulo”*, concedido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

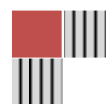
Ao fazermos uma análise a respeito da importância da EJA no Brasil constatamos que do ponto de vista histórico houve uma evolução significativa quanto ao sua importância para a sociedade. Por parte de nossos governantes esperamos que tudo possa melhorar ainda mais. Ou seja, faz se necessário sempre um maior investimento financeiro, pois quanto mais escolas existirem nesses moldes mais a sociedade como um todo irá se beneficiar em relação à alfabetização.

Em termos pedagógicos é possível afirmar que em um passado ditatorial recente no Brasil, onde não tínhamos a plena liberdade de expressão, hoje verifica se uma democracia e a participação de todos no processo de ensino e aprendizagem. A manifestação dos alunos através de suas opiniões permite construirmos uma sociedade mais justa em direitos e deveres e sobre isso a Filosofia desempenha, ao lado das outras disciplinas, um importante papel.

O CEEJA de Marília é um exemplo de modalidade de ensino dirigido aos jovens e aos adultos e que tem oferecido ótimos resultados. A participação efetiva de todos os docentes e demais funcionários contribui de modo significativo com o analfabetismo no Brasil. É obvio que não cabe aqui a ingenuidade de se considerar essa modalidade de ensino como “a escola redentora ou salvacionista”, ou seja, de que ela vai nos salvar de todos os problemas de exclusão educacional ou do analfabetismo. No entanto, o fato é que se compararmos o CEEJA com o Mobral podemos concluir que no mínimo houve um avanço. Além do mais, tivemos muitos avanços legislativos quanto às garantias dos jovens e adultos poderem realizar seus estudos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos.** *Trabalho apresentado na XIX Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1996. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n04/n04a03.pdf>. Acesso em 21 out. 2013.*



BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar.** Pedagogia em Foco, Vitória, 1993. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>. Acesso em: 20 abr 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo freire?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ASSUPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde:** escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e livraria instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. DECRETO Nº 7.031-A, DE 6 DE SETEMBRO DE 1878. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW2.CAMARA.LEG.BR/LEGIN/FED/DECRET/1824-1899/DECRETO-7031-A-6-SETEMBRO-1878-548011-PUBLICACAOORIGINAL-62957-PE.HTML>. ACESSO EM 19 MAIO 2013ª

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de Novembro de 1942. DISPONÍVEL EM:

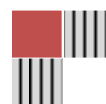
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19 maio 2013b.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Mec. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ParteI.pdf>. Acesso em 25 jul. 2013c.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de informações. LEI Nº 5.379, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1967. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes.action?id=117865>. Acesso em 25 jul. 2013d.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102408>. Acesso em 30 Jul 2013e.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. LDB. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 30 Jul 2013f.



FGV. CPEDOC. Disponível em:
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/manuel_lourenco_filho.
Acesso em. 20 out. 2013.

FONSECA, Antonia Martins. SILVA, Fabrício Valentin. **Educação popular e sociedade: a origem do movimento de educação de base (meb) em tefé/am (1955-1966)**. Disponível em:
<http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/resumos/resumos/6113.htm>. Acesso em 24 abr 2013.

MACHADO, Aldonei (et. al). **História da Educação**. 3º Ed. Florianópolis: UDESC, 2002.

PAIVA, Vanilda. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL: EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE ADULTOS. 6º ED. São Paulo: Loyola, 2003.

ZANETTI, Maria Aparecida. Documento elaborado pelo departamento de educação de jovens e adultos - secretaria de estado da educação; Governo do Estado do Paraná/Secretaria de Estado da Educação do Paraná/ Departamento de Educação de Jovens e Adultos/ deja. Disponível em: <http://viviane.meister-gamer.tripod.com/id1.html>. Acesso em 13 maio 2014.

